



Número: **0001569-40.2017.8.17.8231**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h**

Última distribuição : **27/10/2017**

Valor da causa: **R\$ 10.300,00**

Processo referência: **00000644520068178022**

Assuntos: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

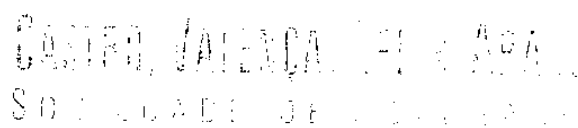
Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (EXEQUENTE)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
SEVERINA JULIA DA CONCEICAO (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25026 230	27/10/2017 17:38	Petição Inicial	Petição Inicial
25026 685	27/10/2017 17:38	CONTESTACAO	Outros (Documento)
25026 706	27/10/2017 17:38	INICIAL E DOCUMENTOS	Outros (Documento)
25026 744	27/10/2017 17:38	SENTENCA	Cópia de Sentença
25026 763	27/10/2017 17:38	ALVARA	Outros (Documento)
25026 782	27/10/2017 17:38	CALCULOS CONTADORIA	Documento de Comprovação
25026 806	27/10/2017 17:38	DECISAO DEFERINDO PENHORA	Outros (Documento)
25026 836	27/10/2017 17:38	EMBARGOS A EXECUCAO	Outros (Documento)
25026 853	27/10/2017 17:38	PETICAO COMPROVANDO PAGAMENTO	Documento de Comprovação
25026 865	27/10/2017 17:38	REQUERIMENTO PENHORA	Outros (Documento)
25026 879	27/10/2017 17:38	SENTENCA EXECUCAO	Outros (Documento)
25026 894	27/10/2017 17:38	122269 SUBSTABELECIMENTO	Substabelecimento
25026 906	27/10/2017 17:38	EXECUCAO CONTRA O AUTOR	Outros (Documento)
25026 915	27/10/2017 17:38	PROCURAÇÃO	Procuração
44450 571	30/04/2019 10:25	Despacho	Despacho
49376 753	16/08/2019 09:01	calculo	Outros (Documento)
49376 756	16/08/2019 09:01	cálculo 1569	Demonstrativo Discriminado e Atualizado do Crédito
49386 489	16/08/2019 10:39	Intimação	Intimação

50016 788	29/08/2019 12:37	Calculos	Outros (Documento)
50016 790	29/08/2019 12:37	cálculo 1569	Demonstrativo Discriminado e Atualizado do Crédito
50016 480	29/08/2019 12:42	cálculos	Outros (Documento)
50017 182	29/08/2019 12:42	cálculos	Documento de Comprovação
50715 911	12/09/2019 12:49	Certidão	Certidão
50715 915	12/09/2019 12:49	AR 1569.2017 - INT. PAGAR 15 D SEVERINA	Aviso de recebimento (AR)

Petição Inicial e Documentos em - PDF
Contestação - pdf
Sentença - pdf
Alvará - pdf
Requerimento de penhora - pdf
Decisão deferindo penhora - pdf
Petição de comprovando pagamento - pdf
Embargos a execução - pdf
Sentença execução - pdf
Cálculos contadoria - pdf
Procuração atos e subs - pdf
Substabelecimento - pdf

Execução contra o autor - pdf





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA
COMARCA DE GARANHUNES

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com sede no Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 20, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 07.041.047/0001-10, por meio de sua representante legal, a Sr.^a **JÚLIA DA CONCEIÇÃO**, vem apresentar sua

pelos "três e lançamentos de 10, 15 e 20 metros".

Algo e Autora com sua filha e o filho de
MARILEIDE JULIA DA CONCEIÇÃO foi vítima de acidente de trânsito em
19/10/2002 vindo a falecer



CASTRO, VALENÇA, LEE & ARANJO



Adiz Landi, que é beneficiária do Seguro DPVAT em decorrência de tal fato, vem a Juízo pleitear a indenização que entende devida por parte da seguradora, em face do sinistro.

Ocorre, Excelência, que, conforme comprovado em anexo, a indenização referente ao Seguro DPVAT em questão JÁ FOI TOTALMENTE PAGA EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO pela Autora, uma vez que esta já recebeu o valor devido em nome da indenizadora a que se refere.

Ademais, o valor pago foi R\$ 6.754,00 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), nos moldes da Res. CNSP 35/2000, vigente quando da liquidação do sinistro. **TUDO CONFORME ATESTA DOCUMENTO EM ANEXO**

PRELIMINAR

DA PRESCRIÇÃO - ART. 206, § 3º, IX DO CÓDIGO CIVIL

No artigo 2.038 do Código de Processo Civil, a prescrição determinada a regra de transição dos prazos prescricionais

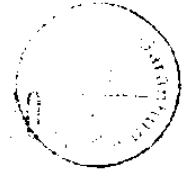
Art. 206, § 3º, IX do Código Civil
Prescrição quinquenal para a ação de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito.
Art. 2038 do Código de Processo Civil
Regra de transição dos prazos prescricionais para a ação de indenização por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito.

10

Recife-PE, 10 de maio de 2017. O Juiz de Direito, Antônio Yves Cordeiro de Mello Junior, Presidente do Juízo, assinou eletronicamente.
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/10/2017 17:37:24
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17102717271667100000024729173
Número do documento: 17102717271667100000024729173



CASTRO, VALENÇA, LEE & ARAÚJO



Porém, no caso em tela, não será aplicado o prazo da lei anterior (Código Civil de 1916), haja vista que a data do acidente, foi em 19/10/2002 e se reduzirmos esta data, do dia em que entrou em vigor o Novo Código Civil (janeiro de 2003), chegaremos a conclusão que se passaram, apenas alguns meses, ou seja, menos da metade do tempo estabelecido na Lei revogada.

A aludida ação somente foi proposta em 2006, ou seja, quando decorrido mais de 03 (três) anos da data em que entrou em vigor o Novo Código Civil (o que ocorreu em janeiro de 2003), razão pela qual, com fulcro no artigo 20º, § 3º, IX do Código de Processo de Ação do Segurado, encontra-se indeferida.

Desse modo, a ação é indeferida.

Por fim, a ação é indeferida.

Desse modo,

o pedido é indeferido.

Somente por argumentação, não há como fixar o prazo principal instituído pelo 10º ano de prescrição, visto que NÃO É AFETIVADA aos efeitos propostos, estando a mesma em indenização securitária, conforme comprovam os seguintes julgados:

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. 10 ANOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. 10 ANOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. 10 ANOS.

Recurso PE não provido. Ação de indenização por danos materiais. Prescrição. 10 anos. Ação de indenização por danos materiais. Prescrição. 10 anos. Ação de indenização por danos materiais. Prescrição. 10 anos.

10



seguida, contra o Conselho de
decretando-se o seguinte: A Lei
prescreve em um ato, não tendo
aplicação o artigo 27 do ADP.
A Lei nº 1.000, de 1954, não
pode ser aplicada, pois não se
trata de uma lei ordinária.
A Lei nº 1.000, de 1954, não
aplica-se ao caso em questão.

de acordo com o disposto no art. 1.º da Lei nº 13.041/66, no caso a Denúncia da lesão ao consumidor, ao qual se atribui a responsabilidade especial pelo fato de ocorrência da reparação no âmbito do fato de serviço, ao incluindo os danos decorrentes das relações de consumo entre segurado e seguradora, não alcançou o artigo 175, § 1.º, II, do Código Civil, sendo sua disposição mais ampla, a qual abarca as duas hipóteses em que segurado e seguradora se relacionam, isto é, no art. 175, § 1.º, I, do CC, e no art. 175, § 1.º, II, do CC.

PERSONALIDAD
INCOGNITA, OMA ALI KHALIL
EVALUADA POR EL COMANDO EN JEFE
DE LA FUERZA

da apão que reclama a renovação

Recife-PE - Rua de Planchard, 105 - 5º andar - 50060-900 - tel. 55-81-3242.1401 Fax: 55-81-210.1674 - **Curitiba-PR** - Rua de São Francisco, 122 - 2º-2196 - tel. 55-41-202.4000 Fax: 55-41-309.1401 - **Fortaleza-CE** - Rua José de Alencar, 100 - 5º andar - tel. 55-85-324.2100 Fax: 55-85-324.2101 - **São Paulo-MG** - Rua de Planchard, 105 - 5º andar - tel. 55-31-324.2100 Fax: 55-31-324.2101

W



[illegible]

2014年7月

ainda, que o valor requerido não se dá com a vantagem, e não, para receber (o qual inclusive, já foi devidamente notado tanto à Engenharia, tendo em vista a tabela oferecida para as necessidades, para indicar qual o custo).

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

13



CASTRO, VALENÇA, LEI & ASSOC.
SOCIEDADE DE ADVOCADOS



DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA E DA MÁ-FÉ DA REQUERENTE

A indenização devida pelo Convênio DPVAT foi paga pela Ré, no valor TOTAL de R\$ 6.754,01 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), pagos à própria Requerente, de acordo com os documentos comprobatórios em anexo (fere o cadastado). Tal pagamento foi efetuado no âmbito administrativo, o que demonstra a evidência a impropriedade desta ação judicial. O montante pago esteve aos limites estabelecidos à época pelo CNSP através da Resolução CNSP 35/2000 para ocorrência de morte.

Sendo assim, por pretender a Autora receber quantia JÁ PERCEBIDA, resta configurada a má-fé processual por parte da Requerente, por infringência aos arts. 14, II, do CPC e 768 do CC, face à sua omissão dolosa.

Desse modo, resta comprovada a impropriedade da presente demanda, bem como a má-fé da Autora, a qual deve ser condenada nas penas do art. 13 e parágrafos, do CPC.

DA COMPETÊNCIA PARA DETERMINAR O VALOR MÁXIMO DA INDENIZAÇÃO

Os valores da indenização do Seguro DPVAT deverão ser limitados àqueles instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão competente para legislar sobre o seguro DPVAT nos termos da legislação da Lei nº 13.261/2016.

Assim, a Ré não é obrigada a pagar indenização superior àquela estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão competente para legislar sobre o seguro DPVAT nos termos da legislação da Lei nº 13.261/2016.

15





CASTRO, VALENÇA, LEE & KRAVCHAK
SOCIEDADE DE ADVOCADOS

Regulando a lei supra mencionada, o CNRP em sua Resolução CNRP 03/93, de forma a quando os benefícios não indenizáveis, caso de morte, inválidos permanentes e a pensão vitalícia, em decorrência de acidente de trabalho, não seja devido a certo número de dias de trabalho, por exemplo, 100 dias, o advogado procurador da Autora, qual seja, Rô 8704, em seu nome, recebeu de cinquenta e quatro reais e um centavo.

2002-01-16: 500 translated to 2000

[illegible]

parcial ao recurso para fins de indenização devendo pagar 100% do limite máximo anual de despesas operativas da SUPER.

Agora a título de indenização, pois não há mais o que pagar, corresponde ao devido em virtude do Contrato de Seguro Sifort, sendo certo que a quantia devida deve ater-se aos limites estabelecidos no

[illegible]

15



CASTRO, VALENÇA, LEE & ARAÚJO
SOLIEDADE DE ADVOCATOS



CNSP. Desta feita, a verba indenizatória a que realmente fazia jus a Autora, já foi recebida em acordo extrajudicial.

DA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO
MÍNIMO

Cumpra esclarecer a V. Exa. que o inciso II do artigo 3º, alínea "a", da Lei nº 6.194/74, o qual estabelece o valor de 40 salários mínimos, foi revogado pelas Leis nº 6.205/76 e 6.426/77, as quais expressamente, proíbem a vinculação e a correção baseadas no salário mínimo.

Merece destaque a redação do artigo 7º da Lei nº 6.205/76, assinala-se: EDITADA POSTERIORMENTE A LEI Nº 101/66, que veda a adoção do salário mínimo como base de cálculo.

Atenciosamente,
Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior
Advogado - OAB/SP nº 127.173

Outrossim, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º inciso IV, proíbe a vinculação do salário mínimo a qualquer fim.

Respeitosamente,
Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior
Advogado - OAB/SP nº 127.173

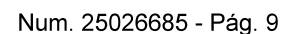
Recebi a presente e a cópia da mesma, e a V. Exa. foi informado(a) da sua importância e do conteúdo. Não há mais nada a acrescentar.

Recebi: PL nº 17.102/17, em 27/10/2017, às 17:37:24, pelo Sr. Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior, Advogado - OAB/SP nº 127.173, em nome do Sr. Antonio Yves Cordeiro de Mello Junior, Advogado - OAB/SP nº 127.173.

18



15



CASTRO, VALENÇA, LEE & ARAÚJO



arguida e visto assim não entendendo haver fundamento para serem
improcedentes os pedidos formulados na inicial bem como sendo a
Requerente **condenada** nas penas previstas pelo art. 18 e parágrafos do
CPC, em virtude de sua litigância de má fé.

Requer-se, outrossim, que as custas processuais
sejam remetidas em nome de Cláudio de Melo Valença Filho OAB/PE 665-B
com endereço à Rua do Riachuelo, nº 105, 5ª andar, Boa Vista,
Recife/PE, CEP: 51.040-00.

Nestes termos,

P. Deferimento.

Garanhuns, 13 de abril de 2007.

Cláudio de Melo Valença Filho
OAB/PE 665-B

Aline Ramos Lima
OAB/PE 22040


Luis Sebastião de Figueiredo Lima Junior
OAB/PE 22.275

Recife, PE, 13 de abril de 2007. O Advogado: Luis Sebastião de Figueiredo Lima Junior, OAB/PE 22.275.
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/10/2017 17:37:24
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17102717271667100000024729173
Número do documento: 17102717271667100000024729173



Exma.Sra.Dra.Juiza de Direito do Juizado Especial Cível da Cidade de
Garanhuns Pernambuco.



SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO, brasileira, pernambucana, viúva, agricultora, portadora de Identidade de nº 553.065 SSP/PE e CIO de nº 195.487.454-53, residente e domiciliada na Rua São José dos Campos, nº 191, bairro do Magano, nesta Cidade de Garanhuns/PE., por seu advogado infra-assinado, vem, mui respeitosamente a presença de V.ªza., para ajuizar a presente AÇÃO REVINDICATÓRIA DE COBRANÇA PARA PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT, contra a SUL AMÉRICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. com endereço à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 533, bairro da Imbiribeira - Recife/PE., CEP 51150000, pelos fatos que passa a expor e ao final requerer:

MM.Juiza:

I-A requerente é mãe de MARILEIDE JULIA DA CONCEIÇÃO, de acordo com doc., em anexo, e a sua filha faleceu em 19 de Outubro / de 2002, de acordo com a certidão de óbito em anexo, e a causa da morte foi acidente de Moto de conformidade com a certidão Policial em anexo.

II-E a requerente deu entrada do pedido de recebimento do Seguro DPVAT, e o mesmo não lhe foi pago, de acordo com os documentos em anexos. E que a requerente faz júz a receber o Seguro DPVAT.

III-Assim, sendo, com respaldo nas Leis de números: 6.194/



74 e 6.064/2000, requer a V.Exa., que após cumpridas todas as formalida-
des legais, que a SUL AMÉRICA, seja condenada a efetuar o pagamento do/
Seguro DPVAT, com a devida correção, desde a data do Sinistro.

IV-Outrossim, requer a V.Exa., que a Sul América, seja citada/
da presente ação.

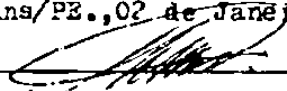
V-Protesta por todas as provas que forem admitidas em direi-
to, inclusive pelo depoimento da autora em Juízo, e da prova testemu- /
nhal, que apresentará no dia da audiência de Instrução e Julgamento.

VI-Dá-se à causa para os efeitos fiscais o valor de R\$ 10.
300,00 (Dez Mil e Trezentos Reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Garanhuns/PE., 02 de Janeiro de 2006


Dr. Anfilófio Moreira de Melo Neto

Advogado OAB/PE Nº 9470.

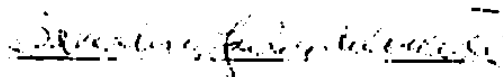


Procuração Particular AD Judicia

01

Por este Instrumento Particular de Procuração eu, Severina Julia da Conceição, brasileira, pernambucana, viúva, agricultora, portadora de identidade de nº 553.065 SSP/PE e CIC de nº. 195.487.454-53, residente e domiciliada na Rua São José dos Campos nº 191, bairro do Magano, na Cidade de Garanhuns/PE; nomeia e constitui o seu bastante procurador o Dr. Antilôfio Moreira de Melo Neto, brasileiro, pernambucano, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº. 9470, com escritório à Rua Dantas Barreto nº. 37, sala 101, 1º andar, centro, na Cidade de Garanhuns/PE, para o fim de ajuizar no Juizado Especial Cível, da Cidade de Garanhuns/PE, ações cabíveis e com exclusividade com pedido para recebimento do Seguro DPVAT e diferença conforme determinação prevista na Lei, conferindo ao dito procurador, todos os poderes contidos no artigo 38 do CPC, podendo ainda lhe representar em qualquer Instância ou Tribunal, com os mesmos poderes.

Garanhuns/PE, 22 de agosto de 2005.



Severina Julia da Conceição



REGISTRO CIVIL 553.063 03.09.1997

SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO

Mãe: Felix da Silva

Julia Quiteria da Conceição

Geranhus-PE 05.11.1935

C.N. 2050, L.A-86, P.34-12 Cart.

Geranhus-PE

195487454-53

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE JUSTIÇA FEDERAL

SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE





www.celpe.com.br

Dados do Cliente
SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO

CPE: 19548745453

Dados do Endereço
RUA SAO JOSE DOS CAMPOS, 191

MAGANO - GARANHUNS
GARANHUNS-PE
RESIDENCIAL/MONOFASICO

Conceito	Valor (R\$)
CONSUMO ATIVO	
30 kWh x 0,13685 R\$/kWh	4,10
CONSUMO ATIVO	
45 kWh x 0,23452 R\$/kWh	10,56
CONTRIBUICAO ALUGUELO PESSOAL	0,00
ICMS BAIXA PESSOA FÍSICA 17,0000%	1,79
DEVOLUCAO DE SALDO CREDITOR R\$ 453,74	0,00

Nota Fiscal Fatura/Conta de Energia Elétrica

Valor Nota Fiscal R\$ 15,40 Nº da Nota Fiscal 00000000002578350 Nº do Contrato 2077913036
Data de Vencimento 03/08/2005 Data de Emissão 20/07/2005 Data de Pagamento 27/07/2006

Telefones Úteis - Ligação Gratuita

Teleatendimento Celpe
Comercial 0800 81 0120 Promoção 0800 81 0196
ARPE - 0800 281 3833 ANEEL - 0800 722 2000

Atenção

- As condições gerais de fornecimento estão em ANEXO II, anexadas e entregues com esta fatura.
- Em caso de cancelamento, a fatura deve ser paga até o vencimento.
- Em caso de inadimplência, a fatura será encaminhada para cobrança.

ICMS Baixa Pessoa Física 17,0000% 1,79

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

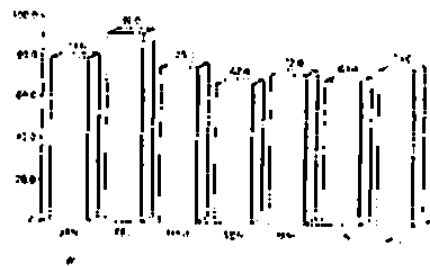
Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Valor Total da Fatura R\$ 15,40

Endereço: Rua dos Carreiros, 100 - Centro - Garanhuns - PE

Valor Total da Fatura R\$ 15,40



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Maria da Silva das Neves
Luz de Oliveira - Souza
Gerente do Registro Civil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TUCURUÍ

DISTRITO DE 6 ANHOS

NASCIMENTO Nº 17.985

Certifico que as folhas do livro Nº 1-83 do registro de nascimento

foi feito hoje, o assento de MARIA DA SILVA DAS NEVES

nascida em 09 de novembro de julho de mil novecentos e

noventa e sete (09/07/1977) às 9.00 horas e minutos

em Tucuruí - PA. -X-

fil. do Sr. Luiz da Silva e da Sra. Maria da Conceição

natural -X-

o Sr. João -X-

maternal -X-

são avós paternos -X-

e Dona -X-

avós maternos Sr. Luiz da Silva e Sra. Maria da Conceição -X-

e Dona -X-

foi declarante a Sra. Maria da Conceição -X-

e assinou o Sr. Luiz da Silva -X-





República Federativa do Brasil

ESTADO DE PERNAMBUCO

Segunda Zona Judiciária da Comarca de Garanhuns

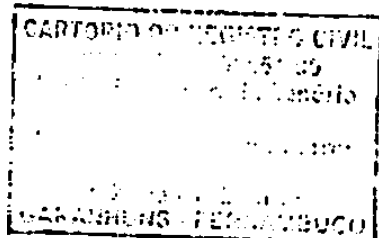
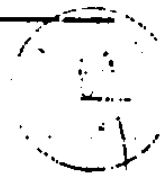
Maria do Socorro Barros Tenório

(Oficial do Registro Civil)

Laudicea de Oliveira Sousa

(Escrevente)

Rua Treze de Maio, 58 - Centro - Garanhuns - Pernambuco



Certidão de Óbito

Certifico que no livro número 0-29 de registro de óbito, desta 2ª Zona da Comarca de Garanhuns, à folha número 66 sob o número 13950 consta a de

com a seguinte declaração: Data do falecimento 10 de outubro de 2007

Local do falecimento Via Dutra - nº 177 - Nesta cidade -

horas 21,00 sexo Feminino

Idade 26 anos naturalidade Pernambuco profissão de lar

domicílio nesta cidade residência Rua São Pedro 415 - Nesta cidade -

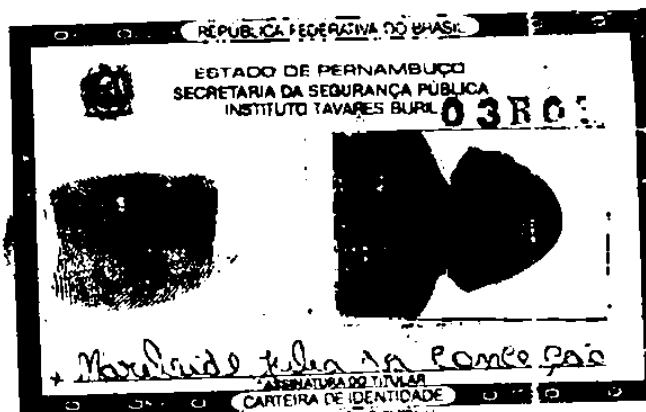
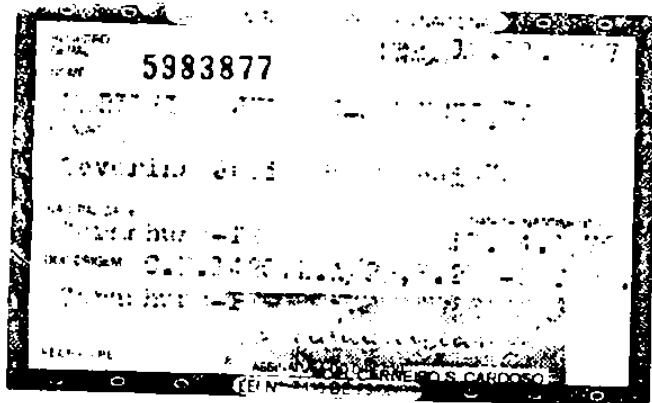
filiação Socorro Maria de Jesus - 1ª de 12

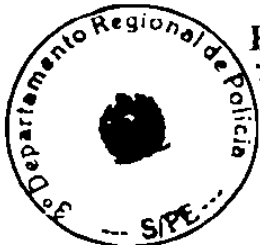
estado civil casado nome do conjugue Antônio Carlos de Jesus

nome dos filhos Antônio Carlos de Jesus Jr.

Atestado de Óbito firmado em 10 de outubro de 2007







POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
TERCEIRO DEPARTAMENTO REGIONAL DE POLÍCIA
PLANTÃO POLICIAL

CERTIDÃO

Em Adão de São Jerônimo, Escrivão de Polícia, no uso das atribuições legais, etc.

CERTIFICO para os devidos fins que se encontra registrada a OCORRÊNCIA Nº 094/02, as fls. 06 do livro próprio deste 3º DEREPO, de Garanhuns-PE, com o teor seguinte: "Ocorrência n.º 094/02 - As 21:30 h de hoje dia 19-10-2002 esta 3ª DEREPO, tomou conhecimento através de um telefonema do 7º Batalhão da PMPE, que na PE-177, próximo ao depósito "Coca-Cola", no bairro de Heliópolis, neste município houvera um acidente de trânsito. A Autoridade de plantão, com a equipe deslocaram-se até ao local onde constatou a veracidade do fato. Tratava-se de uma colisão envolvendo uma moto Honda CBX 200 Sprada cor vermelha ano 2000, com a placa KIW-1847, chassis nº 002M077004YR018307 e o Kenavan DPVAT nº E207100009, no nome de José Edison da Silva Ferreira, residente no sítio Jardim, s/nº, zona rural, Garanhuns-PE, e que era pilotada por JAILSON - LITANO DA SILVA, filho de Sebastião e Antônia da Silva, de Jureza Bezerra da Silva, com 29 anos de idade, RG nº 4.775.417-SSP-PE, reside a rua Ciro Monteiro, nº 143, Magano, Garanhuns-PE, o qual conduzia o veículo VW Logus com a placa KEQ-1048-PE onde o condutor do mesmo evaduiu-se. Vale salientar que o condutor da moto juntamente um carona do sexo feminino, até então desconhecida faleceram no local do acidente. Já o motorista do "Logus", que dava carona a Antônio Carlos da Silva, residente à rua Sebastião Pacheco, nº 21, Heliópolis, Garanhuns-PE sofreram ferimentos generalizados. O Antônio Carlos foi atendido no Hospital Dom Moura, assinou um termo de responsabilidade e recebeu alta. Nada mais digno de registro, encerro a presente (rubrica), Garanhuns-PE, em 19-10-02. Em tempo a segunda vítima do acidente da moto era conhecida por MARILEIDE JÚLIA DA CONCEIÇÃO, residente na rua São Pedro, 415, Magano, Garanhuns-PE, nascida aos 19.04.1976, solteira, filha de Severina Júlia da Conceição, Carteira Profissional nº 80108, série 00028-PE, (rubrica), Fernandes, 120.093." Era tudo o que continha na referida ocorrência a qual de bem e fielmente me reportei e transcrevi. O referido é verdade e DOU FE Dada e lavrada nesta cidade de Garanhuns, município do Estado de Pernambuco e no Terceiro Departamento Regional de Polícia, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois (21.10.2002). Em _____, Escrivão de Polícia que digitei e assinou

Adão de São Jerônimo

Leis do Estado de Pernambuco

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

g. 11.000

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro

Seção de Registro





AVISO DE SINISTRO DPVAT - ASD

A. IDENTIFICAÇÃO

☐ PROCESSO NOVO	☐ DOCS. COMPLEMENTARES	DATA RECLAMAÇÃO 1 / 1	Nº SINISTRO 12
UNIDADE DA SEGURADORA SUL AMERICA	COD. SEGURADORA 3118	SUCURSAL RESPONSÁVEL	CENTRO RESULTADO
TIPO DE SINISTRO ☒ MORTE	☐ INVALIDEZ PERMANENTE	☐ DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA	
NOME DA VÍTIMA MIRILDE JULIA DA CONCEIÇÃO		CIC/CPF DA VÍTIMA 620300360-30	

B. DADOS DO REQUERENTE

NOME SOL VICEINTE DE OLIVEIRA			
TIPO ☐ VÍTIMA ☐ BENEFICIÁRIO ☐ PROCURADOR ☐ OUTRO	DDD - TELEFONE P/CONTATO		
ENDEREÇO COMPLETO PARA CORRESPONDÊNCIA (Av., Rua, Pça., etc.) SANTANA ALA CRISTINA			Nº 17
BARRIO OU DISTRITO 11111111	CEP 11111-111	MUNICÍPIO 11111111	UF 11

C. DOCUMENTAÇÃO (Cópias Autenticadas)

DOCUMENTOS BÁSICOS	
DOCUMENTO ENTREGUE SIM(S)/NÃO(N)	DOCUMENTO ENTREGUE SIM(S)/NÃO(N)
Aviso de Sinistro (Original)	CPF da Vítima
DUT ou Bônus de Seguro - No caso de acidente envolvendo óbitos	Doc. de Identidade ou Certidão de Nascimento ou CTIS ou Carteira de Registro do Beneficiário
Certidão de Situação da Inquirição Policial (Veículo não identificado)	CPF do Beneficiário ou no caso de menores, de seu(s) representante(s) legal(is)
Boletim de Ocorrência Policial	Procuração original e específica para o recebimento do Seguro DPVAT (pessoa não atestada por Instrumento Público)
Doc. de Identidade ou Certidão de Nascimento ou Carteira de Registro da Vítima	Comprovante de Residência do Requerente

MORTE	INVALIDEZ PERMANENTE	P.A.M.S.
DOCUMENTO ENTREGUE SIM(S)/NÃO(N)	DOCUMENTO ENTREGUE SIM(S)/NÃO(N)	DOCUMENTO ENTREGUE SIM(S)/NÃO(N)
Certidão de Óbito	Declaração do 1º Atendimento Hospitalar (Original)	Declaração do 1º Atendimento Hospitalar (Original)
Laudo de Exame de Lesões	Questionário de Avaliação de Invalidez Permanente (Todos os campos preenchidos)	Relatório Médico (Original)
Comprovação de Beneficiários		Comprovantes das despesas médicas e hospitalares (Originais e Quilates)
Esposa		
Certidão de Casamento Atualizada		
Comprovantes dos filhos		
Declaração de Condição		
Certidão de Nascimento dos Filhos		
Comprovantes dos filhos		
Declaração de Condição		
Filhos		





ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

Av. Rui Barbosa – Fórum Min. Guerreiro Leite, 479 – Heliópolis – Garanhuns/PE CEP: 55.295-530 – F: (87) 3762-4572

Processo nº 000064/2006-00-AM

Demandante: SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO

Demandada: SUL AMÉRICA

SENTENÇA

Vistos etc.

Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da Lei nº 9.099/95.

Trata-se de ação de cobrança em que a demandante requer a condenação da demandada, no pagamento da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à morte por acidente de trânsito em que foi vítima a filha da requerente.

Em contestação a demandada afirma que a demandante já recebeu o valor da indenização, que a competência para determinar o valor da indenização é do CNSP, que através de Resolução definiu o valor da indenização em R\$ 6.754,01 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e um centavo); a impossibilidade de vinculação com o salário mínimo, requerendo, por fim a improcedência do pedido.

Deve ser observado que a demandante não está pleiteando novamente o recebimento do valor relativo ao sinistro que ensejou o recebimento de indenização, mas sim a diferença decorrente da norma de regência e o que efetivamente recebeu advindo deste fato o interesse juridicamente protegido da parte autora.

O recibo passado pela beneficiária do seguro em relação à indenização paga a menor não a impede de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao valor que lhe era devido em conformidade com a Lei que rege a espécie.

Assim tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

“SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS – LEI 6196/74, ART. 3º – RECIBO DE QUITAÇÃO – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO I – omissis II – Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativa à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Precedentes do STJ” (RESP 129.182 – SP, Rel. Min. Walter Zveiter, DJ 30.3.98).

“DIREITO CIVIL – RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVTA) – COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ADMISSIBILIDADE. O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral.



mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo à sua complementação. Precedentes" (RESP 363604-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 17/6/02).

Durante a instrução ficou comprovado que a demandante recebeu o seguro DPVAT, como afirmado o documento de fl. 54, no entanto, deve-se verificar se o valor pago foi o que determina a Lei, ou se foi pago a menor.

A Lei nº 6.194/74, que instituiu o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, no seu artigo 3º, assim dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País – no caso de morte".

O valor pago a demandante R\$ 6.754,01 teve como fundamento a Resolução nº 035/2000, do Conselho Nacional de Seguros Privados, entretanto, entendendo que esse valor não corresponde ao que determinou a Lei 6.194/74, que para os casos de Morte fixou o valor da indenização em 40 (quarenta) salários mínimos, a época da liquidação do sinistro, artigos 3º, letra "a" e 5º, § 1º.

Entendo, ainda, que a demandada não poderia pagar o seguro com base nos valores determinado pela Resolução do CNSP 112/2004, por está a mesma em total confronto com o que determina o artigo 3º da Lei 6.194/74.

E, por estar em pleno vigor o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 6.194/74, o valor da indenização do seguro deve obedecer ao que ali está definido, pouco importando que outro valor conste do bilhete do seguro ou de resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

A tese da demandada afirmando a impossibilidade de se vincular a indenização ao salário mínimo já está superada, diante das decisões dos Tribunais Superiores.

"CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. II. Recurso especial não conhecido. RESP 153209 / RS ; RECURSO ESPECIAL 1997/0076815-5 Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108) DJ 02.02.2004 p. 265 RJADCOAS vol. 54 p. 103".

"CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do



seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. RESP 296675 / SP ; RECURSOESPECIAL 2000/0142166-2DJ23.09.2002p.367RJADCOAS vol. 40 p. 122".

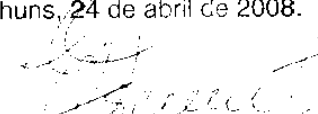
À época da liquidação do sinistro e pagamento do seguro, 11.12.2002, o valor do Salário Mínimo era de R\$ 200,00 (duzentos reais), seria devido, então, R\$ 8.000,00 (oito mil reais), considerando a regra estatuída no artigo 3º, "a", da Lei 6.194/74, no entanto, foi pago, apenas, R\$ 6.754,01 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), sendo devido ao demandante a diferença.

Isso Posto e tudo o mais que dos autos consta, **julgo procedente, em parte**, o pedido formulado na inicial para condenar a empresa demandada SUL AMÉRICA SEGUROS, a pagar a demandante, SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO, a importância de R\$ 1.245,99 (Um mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), a título de complementação da indenização do seguro obrigatório, que deverá ser corrigida monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir de 11.12.2002 (data do pagamento do seguro), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (art. 406 CC c/c art. 161, §1º, do CTN).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se com a advertência das consequências do descumprimento da decisão, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.099/95.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95.

Garanhuns, 24 de abril de 2008.


Elizângela de Freitas
Juiz Substituto em exercício cumulativo

Severina Julia da Conceição





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

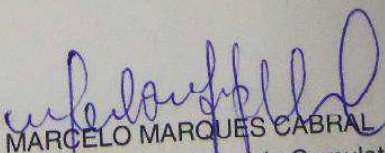
Av. Rui Barbosa - Fórum Min. Gueiroz Leite, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-530 - F: (87) 3762-4572

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do
I Juizado Especial Cível de
Garanhuns, em virtude da lei,

Pelo presente alvará, indo por mim assinado, extraído dos autos do
Processo nº **00064/2006**, promovido por SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO contra SUL
AMERICA SAUDE S/A a Srª. SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO, identidade nº
553.065-SSP/PE, CPF nº 195.487.454-53, a levantar e receber junto ao Banco do Brasil,
agência GARANHUNS, a importância de **R\$ 2.625,25** com juros e correções, se houver,
que se encontra depositada, na conta nº 1400101982629, conforme Guia de Depósito a
Ordem da Justiça Estadual, realizado em 01/12/2008, podendo para tanto, assinar todo e
qualquer documento, dar quitação e realizar demais atos necessários ao bom e fiel
cumprimento deste alvará. Eu, Cicero Costa Leite, CICERO COSTA LEITE do I
Juizado Especial Cível de Garanhuns, digitei o presente expediente, subscrevendo-o.

Garanhuns, 05 de dezembro de 2008.


MARCELO MARQUES CABRAL
Juiz de Direito Em Exercício Cumulativo

*Recebido em
05/12/2008
[Assinatura]*





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

Fórum Min. Eraldo Gueiros Leite - Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-530 - F: (87) 3764-9123/9124

Processo nº 0000064-45.2006.8.17.8022 (000064/2006) Turma - AM

Exequente: SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO

Executado: SUL AMERICA SAUDE S/A

INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do I Juizado Especial Cível de Garanhuns, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da sentença de embargos à execução prolatada nos autos do processo acima, conforme cópia em anexo.

Fica V. Sa. ciente de que, caso queira, poderá interpor recurso, dentro do prazo legal, de acordo com o art. 50 da Lei nº 9.099/95.

Garanhuns, 09 de outubro de 2014.

Chefe de Secretaria

Isabella C. Queiroz Coelho

Secretária

Matrícula 178309-2

Carta

9912271488/2010 - DR/PE

TJPE

CORREIOS

SUL AMERICA SAUDE S/A

RUA DA QUITANDA, 86 - CENTRO RIO DE JANEIRO-RJ CEP:



Planilha1

125



ESTADO DE PERNAMBUCO
 PODER JUDICIÁRIO
 COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE GARANHUNS
 AV. RUI BARBOSA, 479 – HELIÓPOLIS – GARANHUNS-PE

Processo nº: **0064/2006**
 Exequente: **SEVERINA JULIA DA CANCEIÇÃO**
 Executado: **SUL AMERICA SAUDE S/A**

Valor Principal: **1.245,99**
 Parcelas Pagas:
 Sub-Total: **1.245,99**

Em: **dez-02**
 Índice: **1,4508134**

Sub-Total corrigido pela Tabela Não Expurgada da Corregedoria:							1.807,70
Multa de: (%)	do total				=		0,00
	ao dia	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	=	0,00
Multa de:(R\$)	fixa				=		0,00
	ao dia	a partir de:		/	0	=	0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	=	0,00
Juros de: (%)	1,00% mês	a partir de:	24-jan-06	x	34	=	614,62
TOTAL							2.422,32
							0,00
TOTAL:							2.422,32

Garanhuns, 1 dezembro, 2008

Responsável pelos cálculos





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

Fórum Min. Eraldo Gueiros Leite - Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-530 - F: (87) 3762-4572

Processo nº 0000064-45.2006.8.17.8022 (000064/2006) Turma - AM

Exequente: SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO

Executado: SUL AMERICA SAUDE S/A

CÁLCULO

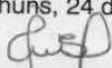
VALOR DA CONDENAÇÃO atualizado até a data do depósito judicial, 01/12/2008: R\$ 2.422,32

DEPOSITO JUDICIAL: R\$ 2.625,25

2.625,25 - 2.422,32 = R\$ 202,93

VALOR A SER DEPOSITADO PELA EXEQUENTE: R\$ 202,93 (duzentos e dois reais e noventa e três centavos)

Garanhuns, 24 de setembro de 2015


Angela Márcia de Melo Siqueira
Responsável pelos cálculos



ESTADO DE PERNAMBUCO



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

Av. Rui Barbosa - Fórum Min. Gueiros Leite, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-530 - F: (87) 3762-4572

Processo nº 000064/2006-00 Turma - IM

Demandante: SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO

Demandado: SUL AMERICA SAUDE S/A

DESPACHO

R.h.

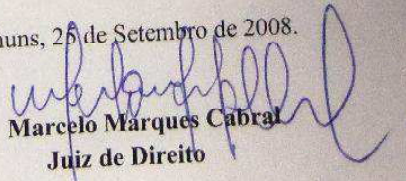
Ante o requerimento de fl. 69 dos autos, com base nas disposições do artigo 52, inciso IV e inciso X, da lei 9.099/95 e nas disposições da lei 11.232 de 22 de dezembro de 2005, DETERMINO:

Expeçam-se mandados de intimação, penhora e avaliação.

Intime-se e cite-se o executado para, querendo, oferecer embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 51, inciso X da lei 9.099/95.

Cumpra-se.

Garanhuns, 26 de Setembro de 2008.


Marcelo Marques Cabral
Juiz de Direito





ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
COORDENADORIA GERAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS
1º Juizado Especial Cível de Garanhuns
Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns - PE 55.295-530
Telefone/Fax (87) 3762-4572



Processo nº: 0064/2006
Requerente: SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO
Requerido(a): SUL AMERICA SAÚDE S/A

Valor Principal: 1.245,99
Parcelas Pagas:
Sub-Total: 1.245,99

Em: dez-02
Índice: 1,4381305

Sub-Total corrigido pela Tabela Não Expurgada da Corregedoria:						1.791,90
Multa de: (%)	do total				=	0,00
	ao dia	a partir de:		x	0	= 0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	= 0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	= 0,00
Multa de: (R\$)	fixa				=	0,00
	ao dia	a partir de:		x	0	= 0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	= 0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	= 0,00
Juros de: (%)	1,00% mês	a partir de:	24-jan-06	x	33	= 591,33
TOTAL						2.383,22
Honorários						0,00

Garanhuns, 17 outubro, 2008


Responsável pelos cálculos





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

I Juizado Especial Cível de Garanhuns

FÓRUM MIN. ERALDO GUEIROS LEITE

AV. RUI BARBOSA, 479 - HELIOPOLIS - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-335 - F: (87) 3762-4572



CARTA PRECATÓRIA

DEPRECANTE

Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Garanhuns - PE

DEPRECADO

DIRETORIA DO FÓRUM DA CAPITAL - SETOR DE CARTA PRECATÓRIAS

AV. DES. GUERRA BARRETO, 200 - ILHA DO LEITE - RECIFE-PE. CEP.50.080-900

DADOS DO PROCESSO

Processo n.º 00064/2006

PARTES

EXEQUENTE: SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO

EXECUTADO: SUL AMERICA SAÚDE S/A

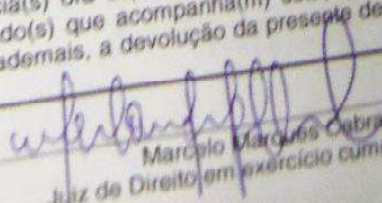
LOCAL DAS DILIGÊNCIAS

AV. MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 533 - IMBIRIBEIRA
RECIFE-PE

DESPACHO DO JUÍZO DEPRECANTE

Expeça-se Carta Precatória para cumprimento do ato, **INTIMAR**, a parte executada **SUL AMERICA SAÚDE S/A**, através de seu representante legal, para pagar em 03 (três) dias o valor de R\$ 2.383,22 (dois mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos) ou apresentar bens para garantia da presente execução, incorrendo quaisquer dos mencionados atos **PENHORAR** tantos bens quantos sejam suficientes para segurança do Juízo, bem como, **INTIMÁ-LO** de que poderá interpor embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias, neste Juizado Especial Cível, situado à Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE.

O Exmº Drº Marcelo Marques Cabral, Juiz de Direito em exercício cumulativo, do Juizado Especial Cível da Comarca de Garanhuns, Pernambuco, FAZ SABER ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da Comarca/Juizado a quem foi esta distribuída ou da Comarca/Juizado onde estiver a pessoa procurada, que dos autos do processo acima referido foi extraída a presente Carta Precatória, a fim de que Vossa Excelência se digne ordenar a realização da(s) diligência(s) ora deprecada(s) nos termos e de acordo com a(s) peça(s) e documento(s) apresentado(s) que acompanha(m) esta, que fica(m) fazendo parte integrante desta Carta. Encarece, ademais, a devolução da presente devidamente cumprida. Garanhuns, 17 de outubro de 2008.


Marcelo Marques Cabral
Juiz de Direito em exercício cumulativo



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **RO 406388727AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
SECTOR DE CARTAS PRECATORIAS

ENDEREÇO / ADRESSE
AV. DES. GUERRA BARRETO 200

CEP / CODE POSTAL **50.080-900** CIDADE / LOCALITE **RECIFE** UF **PE** PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION
C.P. Proc. 0064/06 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR
ANGELA MARIA DA SILVA
 2.471.842

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRACION
28 OUT 2008

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
RECIFE
28 OUT 2008
DRIFE

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E CAT. DO EXPEDIENTE / SIGNATURE
Ciceto Luiz da Silva
Mat 8 502 863-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

EXMO SR

Process
 Autor: !
 Ré: Sul

sede m
 33.041.
 Sever
 Conde
 e vint

libera
 por v
 sejan



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL DAS
EXECUÇÕES CÍVEIS - FÓRUM THOMAZ DE AQUINO CIRILLO
WANDERLEY - SANTO ANTÔNIO - RECIFE - PE

CUMP.

Processo de Execução nº: 06093/ 2008
Processo de origem nº: 000064/ 2006 - 00

SUL AMERICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS S/A, já
devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que lhe é movido
por SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO, vem, por seu advogado infra-
assinado, com base no artigo 52, IX, da Lei 9.099/95 apresentar seu:

EMBARGOS À EXECUÇÃO

Consoante as razões de fato e de direito a seguir expostas:

DOS FATOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente execução, número
06093/2008, tramitando neste juizado de execuções, visa a execução da
sentença proferida no processo nº. 000064/ 2006, que tramitou no Juizado
Especial Cível de Garanhuns, sendo certo que já houve o pagamento
integral da condenação, conforme guia em anexo.

CABE RESSALTAR QUE A EXECUTADA PAGOU A
CONDENAÇÃO, ACIMA MENCIONADA, ANTES MESMO DE INICIADA A
FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, MOTIVO PELO QUAL A
PETIÇÃO E A GUIA DE DEPÓSITO NÃO CONTEREM OS DADOS DO
JUIZADO DE EXECUÇÕES, POIS FOI ENCAMINHADA AO JUÍZO ONDE SE
PROCESSOU A FASE COGNITIVA DO PROCESSO.

DPV0001082



946
O-16

16

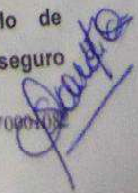
39

P

Informa a executada que para caucionar o Julzo, tendo em vista a interposição da presente impugnação à execução, já houve a penhora de bens conforme se verifica com o auto de penhora em anexo ou, se preferir, o pagamento integral da execução, conforme guia anexa.

A r. sentença julgou ponderadamente o pedido, e condenou a Executada nos seguintes termos:

DPV00008



108 848
100
100
obrigatório, que deverá ser corrigida monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir de 11.12.2002 (data do pagamento do seguro), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (art. 406 CC c/c art. 161, §1º, do CTN)".

Ocorre que a Ré, ora Embargante, logo providenciou o pagamento da guia e a juntada da mesma, cujo protocolo ocorreu no dia 02/12/2008.

Observe-se que apesar do pagamento da condenação imposta na sentença ter sido realizado dentro do prazo legal, houve a constrição de bens da executada para a garantia de execução no valor de R\$ 2.525,68 (dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Logo, considerando que já houve o pagamento da quantia de R\$ 2.625,00 (dois mil e seiscentos e vinte e cinco reais), conforme cópia em anexo, havendo ainda a penhora de bens da seguradora, torna-se evidente o excesso de execução.

Dessa forma, para evitar o enriquecimento sem causa da exequente, deve ser desconstituída a penhora realizada, JÁ QUE MANIFESTO O EXCESSO DE EXECUÇÃO.

DO PEDIDO

Pelo exposto, considerando os fatos aduzidos e os valores elencados, requer a imediata desconstituição da penhora sobre o bem da seguradora.

Assinado
DPV0001082



108

848

101

10

10

Requer, ainda, a expedição de alvará de levantamento em favor da Peticionante, já que a mesma pagou a quantia de R\$ 99,57 (noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos) a mais que o valor executado

Requer, também, a extinção da execução na forma do artigo 794, inciso I do CPC, já que

P. deferimento

Recife, 17 de abril de 2009.

Cláudia Souto
CLÁUDIA REGINA BORBA SOUTO

OAB/PE 21.689

ACTO DE
PRODUÇÃO

DPV0001082



74

CASTRO, VALENÇA, LEE & ARAÚJO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Adilson do Castro Júnior | Cláudio de Melo Valença Filho | João Bosco Lee | Humberto Araújo Pinto
Alessandra Mouta | Alina Ramos Lima | Amanda Biaziz Figueiredo Costa | Ana Carolina Macedo Viana | Ana
Luiza Duarte Pires de Castro | Ana Paula E. Magalhães | Ana Vanessa Ferreira de Assis | Andréia Maria F. de
Melo e Lima | Bruno Lemos Rodrigues | Bruno Mirabala | Cláudio Savio | Corina Nogueira Pedro Boni |
Danielle Marie Amorim Benjamin | Darlene Marques Martinelli | Erika Valverde Pontes Kerkhof | Felipe
Volbrecht Sperandio | Francisco José Gáudio Vaz | George Luis Santos Sousa | Juleia de Almeida e Silva |
Juliana Veras Gonçalves | Karine Messias Loureiro | Kyara Amorim | Luciano Teixeira da Silva | Maria Claudia
de Assis Procopiak | Marina Duarte Camelo da Sena | Mariana Giacomazzi Meyer | Patrícia Santa Cruz de
Oliveira | Paulo Henrique da Cruz | Régia Gondim Peixoto | Raymi Domingos Severina Júnior | Sheila
Santana de Oliveira.

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1º JEC DE GARANHUNS/PE.

Processo nº 65/2006

Autor: Severina Julla da conceição

Ré: Sul America Cia Nacional de Seguros

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com
sede no Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 86, Centro, inscrita no CNPJ, sob o nº
33.041.062/0001-09, por seu advogado, nos autos do processo em epígrafe, que lhe é movido por
**Severina Julia da conceição, vem requerer Juntada de Comprovante de
Condenação no valor de R\$ 2.625,25 (Dois mil seiscentos e vinte e cinco reais
e vinte e cinco centavos).**

Requer, outrossim, a Empresa Demandada, que sejam
liberados os respectivos valores através de alvará judicial em favor da parte autora e,
por via de consequência, em virtude do pleno adimplemento da obrigação de pagar,
sejam arquivados os presente autos.

N. Termos,

P. Deferimento.

Recife, 02 de Dezembro de 2008.

Cláudio de Melo Valença Filho
OAB/PE 665-B

Recife | PE - Rua do Riachuelo, 100, 6º andar, 50050-400. Tel: 55-81 2125 6161 Fax: 55-81 2125 6165 • Curitiba | PR - Avenida Nossa Senhora
da Luz, 1750, 82270-080 Tel: 55-41 3021 6700 Fax: 55-41 3021 6701 • Fortaleza | CE - Av. Santos Dumont, 1789, 107, 60150-160 Tel: 55-85
3458 2069 Fax: 55-85 3458 7061 • João Pessoa | PB - Rodrigues Aquino, 267, Salas 706/706, 58013-030 Tel: 55-83 3222-7068 Fax: 55-83
3222-5646 • São Luís | MA - Rua das Figueiras, Quadra 19, nº 25, 65075-150 Tel: 55-98 3235 5030 Fax: 55-98 3235 0269



DJO - Depósito Judicial Ouro

REU

900219 P 629286101001 3

Page 3 of 3



DJO - Depósito Judicial Ouro
Depósito

Nº da conta judicial
Fornecido pelo sistema

Atenção: receba através da transação TCX 278.
Grave as informações complementares no DJO, opção 32.

Tipo de documento		Agência (pref/dv)		Tribunal	
1	1. Primeiro depósito	2. Depósito em continuação	3234-4	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO	
Data de emissão		Comarca		Órgão/Vara	
01/12/2008		64/2006		1º JEC DE GARANHUNS	
Tipo de justiça		Nº da guia		Deposante	
1		1. Estadual 2. Federal		1	
Nome do depositante		1 Réu/Impetrado		3. Outros	
SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS		CPF/CNPJ		CÍVEL	
Nome do réu/Impetrado		CPF/CNPJ		Hist. Dinheiro - R\$	
SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS		33041062000109		551	
Advogado do réu/Impetrado		CPF/CNPJ		Bloqueio Cheques - R\$	
Nome do autor/Impetrante		CPF/CNPJ		2.625,25	
SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO		19548745453		Valor total do depósito - R\$	
Advogado do autor/Impetrante		CPF/CNPJ		2.625,25	
Motivo do depósito					

Código de controle e assinalado
Autenticação incutida: 625.25042966

PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO

Mod. 070 286-4 - Abx/08 - SJSEB 08/08 - nos - Via II - Comprovante do processo
bb com Ir - Central de Atendimento BB 4004.0001 (Capitel) e 0800 7290001 (Demais localidades)

Correção



Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do I Juizado Especial Cível de Garanhuns

Processo nº 000064/2006-00 Turma - IM
Demandante: SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO
Demandado: SUL AMERICA SAUDE S/A

REQUERIMENTO

Severina Júlia da Conceição, já
qualificado(a) nos autos do processo acima, vem perante V. Exa. propor Ação de
Execução fundada em título executivo judicial, sentença de fls. [], transitada em julgado
em fls. [], descumprida em fls. [], de acordo com o art. 52 da Lei nº 9099/95.

Ante o exposto, requer a V. Exa. a penhora de tantos bens quantos
bastem para pagamento do principal, com seus acréscimos legais garantindo, assim, a
execução.

Nestes termos, pede deferimento.

Garanhuns, 24 de setembro de 2008.

Exeqüente

Severina Júlia da Conceição





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns/PE - CEP: 55.295-335 - F: (87) 3762-4572

Processo nº 0000064-45.2006 Turma IM
Exequente: SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO
Executado: SUL AMÉRICA SAÚDE S/A

EMBARGOS À EXECUÇÃO

SENTENÇA

Vistos etc...

Trata-se de embargos à execução impetrados por SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A, em que alega excesso de execução, tendo em vista que, apesar do pagamento do valor da condenação, houve a penhora de bens da seguradora. Requer a desconstituição da penhora, bem como a expedição de alvará em seu favor, no valor de R\$ 99,57, em razão do pagamento a maior realizado através do depósito de fl. 105.

A exequente, SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO, respondeu aos embargos alegando que nada tem a opor quanto à expedição de alvará no valor pleiteado.

Analisando os autos, verifico que a executada foi intimada da sentença prolatada nos autos em 06/05/2008 (fl. 68v).

Após o trânsito em julgado da sentença, a demandante requereu a sua execução (fls. 67 e 69).

Efetuados os cálculos por este Juízo (fl. 72), foi expedida carta precatória a fim de intimar a executada a pagar o valor da execução, que na data da realização dos cálculos (17/10/2008) alcançou o montante de R\$ 2.383,22 (dois mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos), ou apresentar bens para a garantia da presente execução, sob pena de penhora de seus bens (fl. 73).

Em 03/12/2008, a executada atravessou petição informando o pagamento da condenação, todavia no valor de R\$ 2.625,25 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), tendo tal importância sido liberada à autora em 05/12/2008, conforme se vê às fls. 74/75 e 79.

Ato contínuo, a executada peticionou informando que pagou valor maior que o devido, visto que a quantia executada era de R\$ 2.383,22 (dois mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos), no entanto, depositou o valor de R\$ 2.625,25 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), fls. 80/81.

Convém destacar que, no cumprimento da carta precatória de fls. 83/112, penhorou-se, em 17/04/2009, bem da empresa executada.

Pois bem, analisando atentamente os autos, verifico que, quando da realização da penhora de fl. 109, o valor da execução já havia sido depositado e comprovado nos autos (fls. 74/75), tendo o oficial de justiça certificado que, ainda assim, ultimou a penhora em razão de divergências entre dados do documento que se lhe apresentou na ocasião e os deste processo (fls. 111).

Devo ressaltar que quem deu causa à penhora que gerou o excesso de execução foram: 1) a embargante, uma vez que, intimada da sentença em 06/05/2008, providenciou o



depósito apenas em 01/12/2008, depois da expedição da carta precatória; 2) e o Juízo uma vez que, mesmo noticiado nos autos o pagamento integral da dívida (fls. 74/75), não solicitou a devolução da carta sem cumprimento.

Em face do exposto, **JULGO PROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS A EXECUÇÃO**, apenas para desconstituir a penhora de fl. 109, de modo que o executado possa livremente dispor do respectivo bem.

Em relação ao pedido de expedição de alvará em favor da executada, observo que, de fato, o valor depositado pela embargante foi maior que o executado. Contudo, há que se ressaltar que o valor executado foi calculado em 17/10/2008 e o depósito judicial somente foi realizado em 01/12/2008.

Dessa forma, determino à secretaria que realize novos cálculos levando em consideração a data da efetivação do referido depósito judicial e, caso o valor depositado realmente seja superior ao devido, intime-se a exequente para depositar judicialmente a diferença a maior liberada em seu favor, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação.

Sem custas e sem condenação sucumbencial, por disposição legal.

P.R.I.

Garanhuns, 09 de outubro de 2014.

Francisco Milton Araújo Júnior
Juiz de Direito


Polyana Tenório Taveiros de Araújo Félix
Assessora de Magistrado

Fórum Min

Processo 1

Exequente: 3

Executado: S

Garanhuns, fica
nos autos do pro
legal, de acordo



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na OAB/PE 30225, os poderes que lhes foram conferidos por **SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO**, em curso perante a **1ª JEC** da comarca de **GARANHUNS**, nos autos do Processo nº 00000644520068178022.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO MERITÍSSIMO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo:

Autos principais: 0000064-45.2006.8.17.8022

SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS, previamente qualificada nos autos do processo principal, nº 0000064-45.2006.8.17.8022, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEVERINA JULIA DA CONCEIÇÃO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos arts. 509,§2º, 513, 516 e 523 do NCPC, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

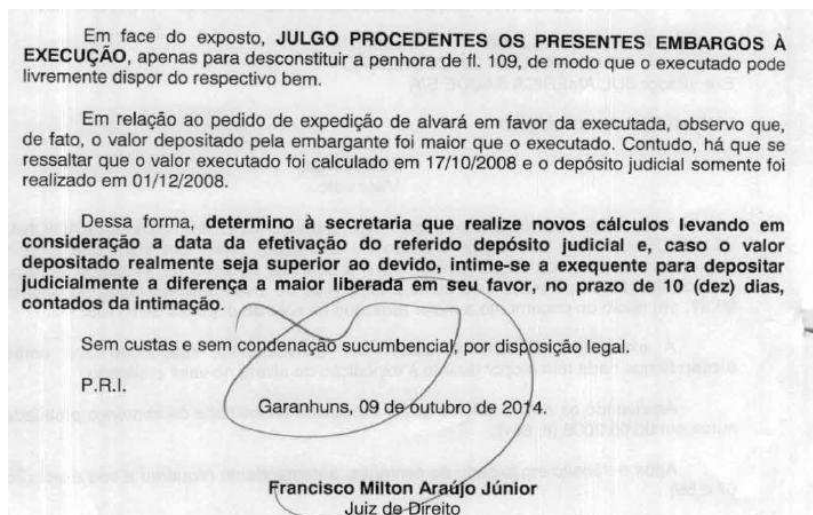
consoante as seguintes razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DA SENTENÇA A SER CUMPRIDA

Inicialmente, Excelência, cumpre informar que conforme determinado na sentença de fls. 122/123 dos autos principais que a cópia segue anexa, fora determinado que a secretaria realizasse novos cálculos, e caso o valor depositado realmente fosse superior, deveria ser o exequente, aqui Executado, intimado para depositar a diferença a maior, assim, a Seguradora, ora Requerente, passou do pólo passivo para o pólo ativo, em direção ao entendimento de Vossa Excelência, senão vejamos:

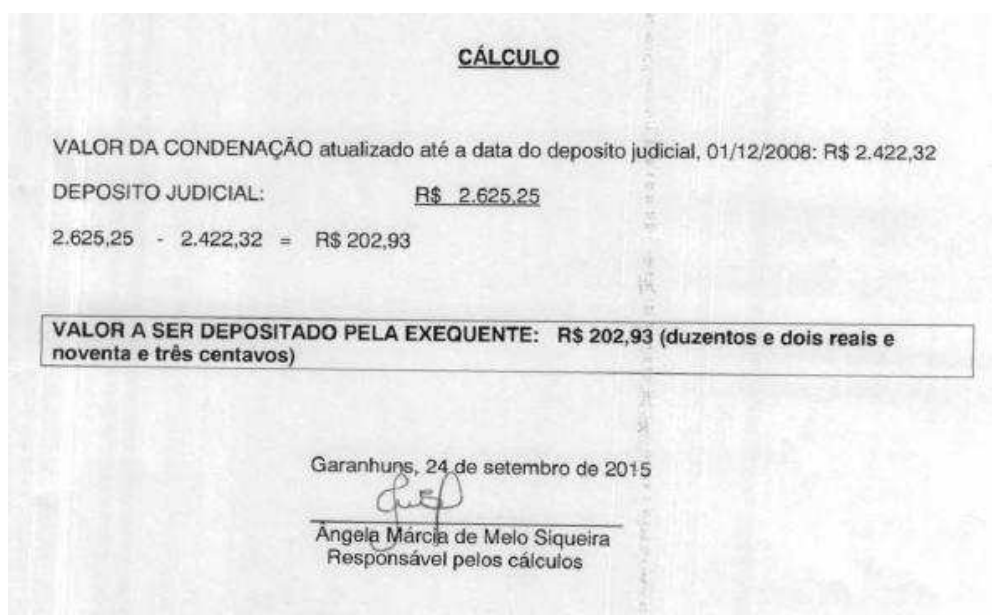
Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Assim, com a comprovação incontroversa de valor devido para devolução em prol da Seguradora, naquela época Demandada, que nesse momento, é Exequente em numerário a ser restituído.

Note, Preclaro Magistrado, o cálculo elaborados pela Contadoria Judicial, informou os valores a serem restabelecidos para a Seguradora “Exequente”, in verbis:



II - DOS VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE DEVOLUÇÃO – CÁLCULOS ATUALIZADOS

Nesse sentido, em fls., à Seguradora, ora parte Autora “Exequente”, requer o cumprimento de sentença, com a consequente intimação daquele que caso se manter inerte, que seja aplicada a punição da multa dos 10% do dispositivo do 523 do Código de Processo Civil de 2015.

Note, Excelência, conforme determinação expressa do artigo 524 do atual Código de Processo Civil/2015, a parte Requerente, ora Exequente, informa os dados do **Requerido** seguinte:

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



- 1) Nome Completo do Requerido: **SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO**;
- 2) **CPF: 195.487.454-53**;
- 3) Índice de correção monetária: **ENCOGE (XI ENCONTRO)**;
- 4) Juros aplicados: Juros Moratórios desde a data do do levamento (05/12/2008) – fl.79;
- 5) Correção monetária desde a data do levamento (05/12/2008) – fl.79.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: outubro/2017
 Indexador utilizado: ENCOGE (XI ENCONTRO)
 Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 05/12/2008
 Acréscimo de 0,00% referente a multa.
 Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1		5/12/2008	202,93	342,19	0,00	362,72	0,00	704,91
	Sub-Total							R\$ 704,91
	TOTAL GERAL							R\$ 704,91

Total devido pela parte Autora/ Executada: R\$ 704,91 (setecentos e quatro reais e noventa e um centavos).

Caso haja inadimplente da obrigação que incida a multa de 10% (art. 523) E também a inclusão dos honorários Advocatícios em sede de Execução na proporção de 10%.

III – DOS REQUERIMENTOS

Exposta a situação dos autos e pretendendo receber a verba que lhe é devida, o Exequente, respeitosamente, requer que se digne Vossa Excelência a:

- a) Promover nova intimação do devedor, nos termos do artigo 513, §2º, I, II, III, IV, cumulado com o artigo 523 todos do Código de Processo Civil de 2015, para que efetue o pagamento voluntário da dívida atualmente calculada em **R\$ 704,91 (setecentos e quatro reais e noventa e um centavos)**, conforme memória de cálculo, sob pena de acréscimo da multa de 10% de acordo com o art. 523 do novo código de processo civil, bem como os 10% de honorários advocatícios. Informa-se, ainda o endereço indicado na petição de ingresso na **Rua São José dos Campos, número 191, Bairro Magano, Cidade Garanhuns – Estado de Pernambuco**, assim como o endereço profissional do **Patrão do Executado Rua Dantas Barreto, número 37, sala 101, 1º andar, Centro, Garanhuns – Estado de Pernambuco**;
- b) Efetuado o pagamento, determinar a expedição do Alvará Judicial para o levantamento do valor, em nome da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** sob o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda de número **09.248.608/0001-04**.
- c) Não se verificando o pagamento da dívida, mesmo depois do Requerido, ser intimado para tanto, requer que se promova a penhora do quantum devido por meio do convênio BACEN-

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
 www.joaobarbosaadvass.com.br



JUD. Para tanto informa desde já o Cadastro Nacional de Pessoa Natural do Executado **SEVERINA JÚLIA DA CONCEIÇÃO** sob o número **195.487.454-53**;

Por derradeiro, requer ainda, a habilitação, bem como seja observado o nome do advogado, **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na OAB/PE 30225**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GARANHUNS, 26 de outubro de 2017.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos D^{rs}. **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246; **HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 113.815; **FABIO JOÃO DA SILVA SOITO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ n.º 114.689, com escritório situado à Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2012.


Gustavo Corrêa Rodrigues

179 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel: 2187-9888
Reconheço por autenticidade a firma de GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES
(Cod. 888884146270)
Rio de Janeiro, 30 de maio de 2012. Conf. por
Em testemunho da verdade. Secretária
302 TJFUNDOS
Total
Bruno Rodrigo Sales Góes - Adv.
S. 61



7a. Oficina de Notas - Edmar da Costa da Silva
Rua do Mariz, 70 - RJ - Tel. (21) 3078-1122
Recebeu por AUTENTICACAO a firma de
(NOME) CAROLINA DE MELLO
(NOME) CARLOS ALEXANDRE BULHÃO RODRIGUES
Rio de Janeiro, 03/10/2011
Serventia 1 8,12
302 1/2 Fundos 1 2,42
Total 1 10,54 - Setor(s): 08.68152 a 08.68154



SulAmérica

Integrado ao ING

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, a **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**, com sede nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, Parte - Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.062/0001-09, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **Marcelo Davoli Lopes**, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/SP nº 143.370, CPF/MF nº 132.870.808-06; **Maristella de Farias Melo Santos**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita na OAB/RJ nº 135.132, CPF/MF nº 062.587.197-26; **Gustavo Corrêa Rodrigues**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RJ nº 110.459, CPF/MF nº 053.004.067-08, todos com escritório localizado à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a cláusula "ad-judicia et Extra", para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que são parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, sempre com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa da OUTORGANTE nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar atestados de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado, mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - CNPJ/MF nº 09.248/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007. A presente procuração tem vigência até 20/09/2012.

Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 2011.

Carlos Alexandre B. Bulhões
Advogado

Carolina de Mello
Diretora Técnica
de Vícios e Previdência

SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS



Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 - parte - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20211-903 ou 20211-175



SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

CNPJ/MF nº 33.041.062/0001-09

NIRE 3330001651-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2011.

Em 31.03.11, às 10 h 30 min, na sede da Companhia, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, parte, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença da maioria de seus membros, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

I. (Re)eleger os membros da Diretoria da Companhia, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2012, sendo:

Reeleitos: (i) **Presidente:** **Thomaz Luiz Cabral de Menezes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade 12.521.664-6 (SSP/SP), CPF 810.107.458-91, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; (ii) **Vice-Presidentes:** **Luís Otávio Saliba Furtado**, brasileiro, convivente em união estável, analista de sistemas, identidade 06623296-8 (IFP), CPF 926.046.687-34, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 6º and.; **Matias Antonio Romano de Avila**, brasileiro, casado, engenheiro civil, identidade 4.682.108 (SSP/SP), CPF 848.636.928-20, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Renato Russo**, italiano, casado, bacharel em ciências sociais, identidade RNE W364684-1, CPF 041.163.508-50, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; e **Sergio Antonio Borriello**, brasileiro, casado, contador, identidade 13.334.275X (SSP/SP), CPF 053.302.808-69, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 6º and.; (iii) **Diretores sem designação especial:** **Alexandre Petrone Vilardi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade 4.699.952-3 (SSP/SP), CPF 751.955.937-87, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Anderson Lima de Mello**, brasileiro, divorciado, engenheiro, identidade 191.290 (MAER), CPF 370.715.487-49, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 2º and.; **Bruno Peixoto de Alencar Sardinha**, brasileiro, casado, economista, identidade 09150155-1 (IFP), CPF 024.380.997-20, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Carlos Alexandre Baldaque Guimarães**, brasileiro, casado, arquiteto, identidade 04761054-8 (IFP), CPF 807.743.267-00, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 2º and.; **Carolina de Molla**, brasileira, casada, administradora de empresas, identidade 23.862.395-6 (SSP/SP), CPF 253.090.388-33, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Edison Yoshiharu Kinoshita**, brasileiro, casado, tecnólogo, identidade 18.930.140-5 (SSP/SP), CPF 116.672.648-77, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Emil Andery**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade 11.236.336 (SSP/SP), CPF 054.743.918-03, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 6º and.; **Gilson Bochernitsan**, brasileiro, casado, advogado, identidade



9008172729 (SSP/RJ), CPF 293.776.920-91, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **José Carlos dos Santos Vieira**, brasileiro, solteiro, securitário, identidade 5.149.979 (SSP/SP), CPF 055.336.208-93, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **José Fernando Conforto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade 11.280.208-4 (SSP/SP), CPF 046.178.888-88, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **José Henrique Pimentel de Melo**, brasileiro, casado, economista, identidade 2.228.503 (IFP), CPF 126.763.067-15, residente e domiciliado em Recife, PE, com endereço na Av. Engº Domingos Ferreira 467; **Luciano Macedo de Lima**, brasileiro, casado, economista, identidade 330.640 (MB), CPF 825.789.157-68, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Alameda Ribeiro da Silva 700, 4º and.; **Luiz Fernando Ract Camps**, brasileiro, casado, advogado, identidade 138.376 (OAB/SP), CPF 154.317.658-50, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte; **Marco Antonio Neves**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade M-6.644.099 (SSP/MG), CPF 717.540.327-53, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, com endereço à Rua Ouro Preto 1112, 8º and.; e **Roberto Carlos Marucco Junior**, brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, identidade 07.693.548-5 (IFP), CPF 010.983.407-01, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço na Rua Pedro Avancine 73, parte.

Eleitos: (i) Vice-Presidente: **Arthur Farnes d'Amoed Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, identidade 46.943-D (CREA-RJ), CPF 433.574.747-00, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 6º and.; e (ii) Diretor sem designação especial: **Laênio Pereira dos Santos**, brasileiro, separado judicialmente, contador, identidade RJ-062599/O-3 (CRC/RJ), CPF 458.465.027-68, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço na Rua Beatriz Larragoiti Lucas 121, 4º andar.

Os membros da Diretoria declararam estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos, não fazer parte de sociedades concorrentes no mercado e preencher as condições previstas na Resolução CNSP 136/05.

II. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária de 31.03.11; e

III. Consignar a responsabilidade atribuída aos seguintes Diretores pelas funções específicas junto ao órgão regulador:

Anderson Lima de Mello: responsável pela gestão da área técnica e pelas disposições estabelecidas na Resolução CNSP 143/05;

Emil Andery: responsável pelo cumprimento do previsto na Circular SUSEP 344/07.

Luiz Fernando Ract Camps: responsável pelas relações com a SUSEP e pelos controles internos, nos termos da Circular SUSEP 249/04, conforme alterada pela Circular SUSEP 363/08; e



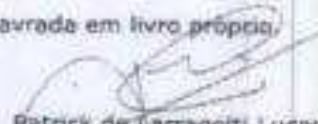
Sergio Antonio Borriello: responsável administrativo-financeiro, responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, nos termos da Resolução CNSP 118/04, conforme alterada pela Resolução CNSP 193/08 e responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98 e na Circular SUSEP 380/08;

Discutidas as matérias, foram as mesmas aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos assinada.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2011.

Assinaturas: Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente; Arthur John Kallita, Vice-Presidente; Carlos Infante Santos de Castro e Thomaz Luiz Cabral de Menezes, Conselheiros.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Patrick de Larragoiti Lucas
Ident. 004.785.073-0 (DETRAN) - CPF 718.245.297-91
Presidente do Conselho de Administração



SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
CNPJ/MF nº 33.041.062/0001-09
NIRE 3330001651-1

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Art. 1º. SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS é uma Sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Governo Federal e se regerá pelo presente Estatuto e dispositivos legais aplicáveis.

Art. 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda nº 86, parte, Centro, podendo criar, manter, encerrar e suprimir agências, filiais, sucursais e escritório no Brasil e no exterior, por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais.

Art. 3º. A Sociedade tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 4º. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital e Ações

Art. 5º. O capital social da Sociedade é de R\$ 868.109.994,81 (oitocentos e sessenta e oito milhões, cento e nove mil, novecentos e noventa e quatro Reais e oitenta e um centavos), dividido em 406 (quatrocentas e seis) ações ordinárias nominativas, integralizadas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade poderá emitir cautelas, certificados ou títulos múltiplos de ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, por 2 (dois) mandatários com poderes especiais, ou autenticadas com chancela mecânica, observadas as disposições legais a respeito.

Parágrafo Segundo. O desdobramento de cautelas e títulos múltiplos será efetuado a preço de custo.

Art. 6º. A cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

CAPÍTULO III
Assembleias Gerais

Art. 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de



Administração e secretariado por um dos acionistas presentes, escolhido pelo referido Presidente.

Art. 8º. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador, constituído há menos de um ano, que seja acionista, advogado, representante de instituição financeira ou administrador de fundos de investimento, e por seus representantes legais, ou, ainda, por administrador da Sociedade, com a restrição contida no parágrafo 1º, *in fine* do Art. 134, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Art. 9º. Ficarão suspensas as transferências de ações nos quinze dias que antecederem à realização da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV **Administração**

Art. 10. A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro. A remuneração global e anual dos administradores será estabelecida pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a quantia respectiva entre os administradores, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação.

Parágrafo Segundo. Além da remuneração de que trata o parágrafo 1º acima, os administradores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do Artigo 32 deste Estatuto e observado o disposto no artigo 152 parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404.

Parágrafo Terceiro. Os administradores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar caução em garantia de seus mandatos.

SEÇÃO I **Conselho de Administração**

Art. 11. O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, todos acionistas da Sociedade, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade.

Parágrafo Único. O mandato do Conselheiro é de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Art. 12. Compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade e aprovar o respectivo orçamento geral;
- II. eleger e destituir os diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, ~~revoluções~~ as conferidas por este Estatuto, podendo ainda cometer a um ou mais diretores quaisquer dessas atribuições;

2



- III. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário;
- IV. convocar a Assembleia Geral;
- V. submeter a Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Sociedade, os pareceres dos auditores independentes, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do estatuto social;
- VI. autorizar a participação da Sociedade em outras sociedades;
- VII. fixar a linha de ação a ser adotada pela Sociedade nas Assembleias Gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Sociedade que comparecerá às mencionadas Assembleias ou representará a Sociedade em alterações contratuais;
- VIII. distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores quando englobadamente votadas;
- IX. aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Sociedade a serem submetidos às Assembleias Gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- X. deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente; constituição de ônus reais e prestação de garantias; cessão ou renúncia de direitos de titularidade da Sociedade;
- XI. aprovar e alterar o organograma funcional da Sociedade, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos conselheiros quaisquer dessas atribuições;
- XII. escolher e destituir os auditores independentes; e
- XIII. deliberar sobre financiamentos e empréstimos em valor superior a 10% do patrimônio líquido da Sociedade, apurado no último balanço patrimonial e atualizado até a data da operação, pelo mesmo critério de correção das demonstrações financeiras.

Art. 13. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. convocar, instalar e presidir a Assembleia Geral;
- II. convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, mandando lavrar as respectivas atas no livro competente.

Art. 14. No caso de ausência ou impedimento, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Primeiro. No caso de vacância do cargo do Conselheiro, este será substituído por seu suplente, ou, na falta deste, desde que não tenha havido a designação estabelecida no parágrafo segundo abaixo, por um acionista, indicado pelo Presidente do Conselho, o qual servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer a vacância de maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

Parágrafo Segundo. O Conselheiro ausente poderá se fazer representar nas reuniões por outro Conselheiro que designar. Esta designação deverá ser feita, por escrito, ao Presidente do Conselho.

Art. 15. Para instalação das reuniões do Conselho de Administração em primeira convocação, será necessária a presença de no mínimo 4 (quatro) de seus membros. Caso não haja quorum de instalação em primeira convocação, as reuniões do Conselho de



Administração poderão ser realizadas em segunda convocação com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros, ficando ressalvado que nessa hipótese tais reuniões deverão ser convocadas por escrito com a antecedência mínima de 2 (dois) ou 1 (um) dia(s) úteis, este último caso quando as reuniões forem realizadas por conferência telefônica ou meio similar. Em qualquer hipótese, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por voto da maioria dos conselheiros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, além do seu próprio voto, o de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo Único. O membro do Conselho de Administração vencido na votação tem o direito de recorrer com efeito suspensivo para a Assembleia Geral das decisões tomadas. O recurso deverá constar da ata da reunião e, enquanto a Assembleia Geral não se manifestar sobre o assunto, ficará suspensa a decisão objeto do recurso.

Art. 16. O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e, extraordinariamente, quando convocada por escrito, por seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 6 (seis) ou 4 (quatro) dias úteis, esta última hipótese, em caso de reuniões por conferência telefônica ou meio similar.

SEÇÃO II Diretoria

Art. 17. A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, será composta de, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 49 (quarenta e nove) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente Executivo, até 17 (dezoito) Vice-Presidentes e até 30 (trinta) Diretores sem designação especial.

Parágrafo Único. No caso de vacância de cargo de Diretor o Conselho de Administração poderá eleger novo Diretor para servir o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Presidente.

Art. 18. A Diretoria é o órgão de administração executiva da Sociedade, cabendo-lhe executar a política estabelecida pelo Conselho de Administração e as diretrizes básicas por ele fixadas, bem como a representação da Sociedade.

Art. 19. Compete ainda à Diretoria:

- I. implementar os planos e programas aprovados pelo Conselho de Administração;
- II. executar a política de produção, técnica, administrativa e financeira da Sociedade;
- III. admitir e demitir empregados, funções que poderá atribuir, no todo ou em parte, a um ou mais diretores;
- IV. aprovar os orçamentos anuais setoriais, dentro das diretrizes básicas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
- V. decidir sobre a abertura e encerramento de filiais, sucursais e agências dentro e fora do país.

Art. 20. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, com a presença de pelo menos metade de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 21. Compete ao Presidente:



- I. convocar as reuniões, dirigir e orientar os respectivos trabalhos, os quais serão reduzidos a termo lavrado em livro próprio;
- II. executar a política estabelecida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria;
- III. coordenar as áreas de execução da Sociedade e de suas controladas e estabelecer a orientação geral das atividades da Diretoria, caso o Conselho de Administração não o tenha feito;
- IV. coordenar as atividades da Sociedade e estabelecer vinculação setorial dos Vice-Presidentes e dos demais Diretores, caso o Conselho de Administração não o tenha feito;
- V. dirimir as divergências de funções entre os Vice-Presidentes e os demais Diretores, bem como estabelecer a orientação executiva a ser adotada quando houver discordância entre eles e cometer-lhes atribuições específicas, caso o Conselho de Administração não o tenha feito;
- VI. estabelecer os limites de competência funcional para recebimentos e pagamentos, quando não previstos no Estatuto.

Art. 22. Compete ao Diretor Vice-Presidente Executivo executar as funções a ele atribuídas pelo Diretor-Presidente, bem como designar as atribuições dos Diretores Vice-Presidentes e demais Diretores, caso tal designação não tenha sido feita pelo Presidente.

Art. 23. A representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por 2 (dois) Diretores. Ela poderá ser exercida, porém, isoladamente por um Diretor designado pelo Conselho de Administração, nos casos de comparecimento e votação nas Assembleias Gerais de empresas das quais a Sociedade seja acionista ou sócia, bem como para a representação da Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários.

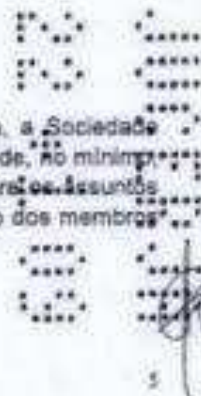
Parágrafo Primeiro. É lícito à Sociedade fazer-se representar por procuradores, constituídos através de mandato, assinado por 2 (dois) diretores, devendo ser especificado, no instrumento, os atos ou operações que os mandatários poderão praticar e a duração do mandato. O mandato "ad judicia" pode ser outorgado por prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo. A representação da Sociedade perante os órgãos fiscalizadores de suas operações poderá ser feita por qualquer Diretor isoladamente.

Art. 24. Nas suas ausências ou impedimentos temporários o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente Executivo. Os Diretores se substituem entre si, e no caso de vacância, o fato será comunicado ao Conselho de Administração para os fins previstos neste Estatuto.

SEÇÃO III Conselho Consultivo

Art. 25. A critério do Conselho de Administração, e por sua escolha, a Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo, com mandato de 1 (um) ano, composto de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, ao qual caberá pronunciar-se sobre os assuntos que lhes forem submetidos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho Consultivo será fixada pelo Conselho de Administração.



CAPÍTULO V
Do Comitê de Auditoria

Art. 26. A Sociedade disporá de um Comitê de Auditoria, composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, com mandato máximo de 5 (cinco) anos, nomeados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Para nomeação de membros para compor o Comitê de Auditoria, serão observadas pelo Conselho de Administração as normas estabelecidas pela regulamentação em vigor, o regimento interno do Comitê de Auditoria, o currículo profissional do candidato, devendo pelo menos um dos nomeados possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, destituir membros do Comitê de Auditoria e, observando o limite mínimo da sua composição, nomear ou não o substituto.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Comitê de Auditoria receberão a remuneração que lhes for atribuída pelo Conselho de Administração.

Art. 27. O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo trimestralmente ou quando necessário nos termos do Estatuto Social da Sociedade, regulamentação em vigor e do seu regimento interno.

Parágrafo Primeiro. O quorum para qualquer reunião do Comitê de Auditoria corresponde à presença da maioria simples de seus membros. Não havendo quorum em primeira convocação, nova reunião poderá ser convocada, observado, no entanto, prazo não inferior a 2 (dois) dias de comunicação por escrito aos seus membros. O quorum para reunião em segunda convocação corresponde à presença da metade de seus membros.

Parágrafo Segundo. As decisões do Comitê de Auditoria serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Em caso de empate, caberá ao presidente do Comitê de Auditoria o voto de desempate.

Art. 28. Compete ao Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, formalizadas por escrito, que, após aprovadas pelo Conselho de Administração, serão colocadas à disposição dos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária;
- II. recomendar, à administração da Sociedade, a empresa para prestação de serviços de auditoria independente, bem como a substituição desta, caso considere necessário;
- III. revisar as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, antes de sua publicação;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive, quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, ou a justificativa para o descumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além



de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII. recomendar ao Diretor Presidente, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Diretor Presidente da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no Art 27 e Art. 28 inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;

X. reunir-se, a qualquer tempo, com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos quanto por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; podendo ainda, a qualquer momento, ser convocado extraordinariamente pelo Conselho de Administração que lhes submeterá a matéria a ser apreciada;

XI. outras atribuições determinadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Art. 29. O Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final de cada semestre, em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I. atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II. avaliação da efetividade dos controles internos da Sociedade, com evidencição das deficiências detectadas;

III. descrição das recomendações apresentadas ao Diretor Presidente, com descrição daquelas não acatadas e respectivas justificativas;

IV. avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas;

V. avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados e pela SUSEP, com evidencição das deficiências detectadas;

Art. 30. O Comitê de Auditoria deve manter a disposição da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho de Administração da Sociedade o Relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos de sua elaboração.

Art. 31. O Comitê de Auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO V Conselho Fiscal

Art. 32. A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes, mas seu funcionamento não será permanente.

7



Art. 33. O Conselho Fiscal só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações da Sociedade.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral de que trata este artigo elegerá os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e o seu período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

Art. 34. Os membros do Conselho Fiscal terão a competência fixada pela lei e a sua remuneração será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites mínimos legais.

CAPÍTULO VI **Exercício Social, Lucros e Dividendos**

Art. 35. O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo o Conselho de Administração levantar balanços em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, observando com relação a esses balanços os critérios da regulamentação em vigor.

Parágrafo Único. O Conselho de Administração, poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços semestrais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Art. 36. Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma:

- I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até que atinja 20% (vinte por cento) deste;
- II. o necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do Art. 195 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976;
- III. o necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do Art. 197 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976;
- IV. o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração, observadas as disposições legais e estatutárias;
- V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% para a constituição da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social.

Art. 37. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Sociedade, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976.

Art. 38. A participação dos administradores nos lucros, dentro dos limites legais, só poderá ser paga depois de distribuído o dividendo de que trata o artigo antecedente.



Art. 39. O dividendo deverá ser pago, salvo a deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII **Liquidação**

Art. 40. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII **Acordo de Acionistas**

Art. 41. Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Sociedade, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Sociedade, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Sociedade e por sua administração.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Sociedade e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Sociedade zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo conselheiro em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01.

(Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2006)





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649123

Processo nº **0001569-40.2017.8.17.8231**

EXEQUENTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXECUTADO: SEVERINA JULIA DA CONCEICAO

DESPACHO

R.h.

Defiro o pedido de cumprimento de sentença formulado no ID 25026879.

Diante da utilização no cálculo apresentado de índice de correção e de taxa de juros divergentes do que restou fixado na sentença, remetam-se os autos à contabilista deste Juízo a fim de efetuar o cálculo do valor da execução (na verdade, atualizar seu cálculo de ID 25026782).

Após, intime-se o executado:

1) Para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação, pagar o valor encontrado no novo cálculo, sob pena de incidir na multa de 10% **e nos honorários de advogado, também de 10%, previstos no §1º, do art. 523;**

2) Para cientificá-lo de que, tão logo transcorra em branco o prazo supra, procederemos com a penhora do referido valor via BacenJud (art. 835, inciso I do CPC);



3) Para cientificá-lo de que, transcorrido o prazo supra sem pagamento, independentemente de nova intimação, inicia-se o prazo de quinze dias para apresentação de impugnação (embargos), **INCLUSIVE NO TOCANTE À PENHORA referida**, pois já materialmente possível questioná-la nos termos do art. 525, caput e § 1º, inciso IV do CPC c/c o Enunciado 117 do FONAJE (*"É obrigatória a segurança do juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial e extrajudicial perante o Juizado Especial"*).

Garanhuns, 30 de abril de 2019.

Francisco Milton Araújo Júnior

Juiz de Direito

Diana Paula Sales de Oliveira

Assessora de Magistrado





Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h
às 13:00h

Processo nº **0001569-40.2017.8.17.8231**

EXEQUENTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXECUTADO: SEVERINA JULIA DA CONCEICAO

juntada de calculos



16/08/2019 08:59
cálculo 1569

Tipo de documento: Demonstrativo Discriminado e Atualizado do Crédito
Descrição do documento: cálculo 1569
Id: 49376756
Data da assinatura: 16/08/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649123

Processo nº **0001569-40.2017.8.17.8231**

EXEQUENTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXECUTADO: SEVERINA JULIA DA CONCEICAO

INTIMAÇÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h, fica V. Sa. intimada:

1) Para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação, pagar o valor encontrado no novo cálculo, cópia sob pena de incidir na multa de 10% **e nos honorários de advogado, também de 10%, previstos no §1º, do art. 523;**

2) Para cientificá-lo de que, tão logo transcorra em branco o prazo supra, procederemos com a penhora do referido valor via BacenJud (art. 835, inciso I do CPC);

3) Para cientificá-lo de que, transcorrido o prazo supra sem pagamento, independentemente de nova intimação, inicia-se o prazo de quinze dias para apresentação de impugnação (embargos), **INCLUSIVE NO TOCANTE À PENHORA referida**, pois já materialmente possível questioná-la nos termos do art.



525, caput e § 1º, inciso IV do CPC c/c o Enunciado 117 do FONAJE (*"É obrigatória a segurança do juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial e extrajudicial perante o Juizado Especial"*).

GARANHUNS, 16 de agosto de 2019

SEVERINA JULIA DA CONCEICAO
R SÃO PEDRO, 191, MAGANO, GARANHUNS - PE - CEP: 55294-365





Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h
às 13:00h

Processo nº **0001569-40.2017.8.17.8231**

EXEQUENTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXECUTADO: SEVERINA JULIA DA CONCEICAO

juntada de calculo



29/08/2019 12:36

cálculo 1569

Tipo de documento: Demonstrativo Discriminado e Atualizado do Crédito

Descrição do documento: cálculo 1569

Id: 50016790

Data da assinatura: 29/08/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado na página 'Detalhes do processo' na aba 'Processos', agrupador 'Documentos'.

cálculos anexo



Planilha



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
COORDENADORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE GARANHUNS
AV. RUI BARBOSA, 479 – HELIÓPOLIS – GARANHUNS-PE

Processo nº: **0001569-40.2017.8.17.8231**

Exequente: _____

Executado: _____

Valor Principal: **202,93**
Parcelas Pagas: _____
Sub-Total: **202,93**

Em: **dez-08**
Índice: **1,8032489**

Sub-Total corrigido pela Tabela Não Expurgada da Corregedoria:							365,93
Multa de: (%)	do total				=		0,00
	ao dia	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	=	0,00
Multa de: (R\$)	fixa				=		0,00
	ao dia	a partir de:		/	0	=	0,00
	ao mês	a partir de:		x	0	=	0,00
	ao ano	a partir de:		x	0	=	0,00
Juros de: (%)	mês	a partir de:		x	0	=	0,00
TOTAL							365,93
							0,00
TOTAL:							365,93

Garanhuns, 12 agosto, 2019


Responsável pelos cálculos





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649123

Processo nº **0001569-40.2017.8.17.8231**

EXEQUENTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

EXECUTADO: SEVERINA JULIA DA CONCEICAO

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que juntei o AR na presente data. O certificado é verdade e dou fê.

GARANHUNS, 12 de setembro de 2019

Chefe de Secretaria



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

EX.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

**SEVERINA JULIA DA CONCEICAO
R SÃO PEDRO, 191, MAGANO, GARANHUNS - PE - CEP: 55294-365**

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Rec. 15ca / 2017 Int.

Paga 150

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

114 x 186 mm

75240203-0

FC0463 / 16





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JU 47801104 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
03 SET 2019
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
GARANHUNS - PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	1	1
:	h	:
h	:	h
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE GARANHUNS
Av. Rui Barbosa, 479, F. 1 - Heliópolis
Garanhuns - PE
CEP-55.295-530

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



SEVERINA JULIA DA CONCEICAO
R SÃO PEDRO, 191, MAGANO, GARANHUNS - PE - CEP: 55294-365

Deve P/ Louise Alice



Correios REGISTRADO URGENTE	
registered priority	
Assinatura	Recebido
JU 47801104 1 BR	Doc. < AR MP
35 PESO (kg)	



CÓD. 03.012.018



